



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Processo n.º: 21.008/15-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação n.º 11/15-ML do Ministério Público junto ao TCDF. Possíveis irregularidades na aquisição, em caráter emergencial, de teste para hemograma completo em equipamento de análise automatizada. Decisão n.º 3.415/15. Conhecimento da representação. Autorização de inspeção. Decisão n.º 198/17. Concessão de prazo à SES/DF para apresentar esclarecimentos acerca de irregularidades verificadas na contratação objeto do Contrato n.º 26/15-SES/DF, celebrado com a empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda. Oitiva da empresa contratada. Decisão n.º 4.014/17. Sustentação oral de defesa realizada pelo representante legal da empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda. Decisão n.º 4.256/17. Audiência dos responsáveis. Decisões n.ºs 5.213/17 e 5.856/17. Prorrogação de prazo para apresentação de razões de justificativa. Decisão n.º 3.239/18. Nova audiência para inclusão de dois responsáveis. **Nesta fase:** análise do mérito da Representação n.º 11/15-ML e das razões de justificativa. Auditor de Controle Externo sugere a procedência de algumas razões de justificativa, a improcedência de outras e a revelia de um responsável, bem como que a Corte delibere sobre a aplicação de penalidades aos responsáveis cujas justificativas foram tidas por improcedentes. Em cota complementar endossada pelo titular da Secretaria de Acompanhamento, o Diretor da 2ª Divisão de Acompanhamento, divergindo parcialmente, propõe a procedência das justificativas quanto ao preço praticado na contratação, com ajustes no rol de apenados. Ministério Público acolhe a manifestação do ACE, com adendo no sentido de ser determinada a instauração de TCE. Decisão n.º 384/19 (Sessão Ordinária de 14.02.19). Adiamento da discussão da matéria com fundamento no art. 99 do RI/TCDF. Reapresentação do voto anterior, com ajustes. VOTO convergente, em parte, com os pareceres lançados nos autos. Procedência parcial da Representação n.º 11/15-ML. Acolhimento parcial das razões de justificativas. Não acolhimento da proposta de aplicação de multa.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação n.º 11/15-ML e anexo (peças 03 e 04), formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, versando acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, no que diz respeito à aquisição, em caráter emergencial, de teste para hemograma completo em equipamento de análise automatizada, no valor total de R\$ 2.850.000,00, com fulcro no art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93, conforme dispensa de Licitação n.º 91/15 e o decorrente Contrato n.º 26/15-SES/DF, constantes do Processo n.º 060.013.746/14.

Em um primeiro momento, mediante a Decisão n.º 3.415/15 (peça 10), o Tribunal tomou conhecimento da exordial e autorizou a realização de inspeção no âmbito do órgão jurisdicionado, caso necessário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Ato contínuo, de posse dos resultados alcançados na inspeção, em consonância com a Decisão n.º 198/17 (peça 20), foi concedido prazo à SES/DF para apresentar esclarecimentos acerca de irregularidades verificadas na contratação objeto do Contrato n.º 26/15-SES/DF, celebrado com a empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda., oportunizando-se à contratada a possibilidade de, querendo, apresentar justificativas.

Realizada sustentação oral de defesa pelo representante legal da empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda. (Decisão n.º 4.014/17, peça 46), posteriormente, esta Corte de Contas, nos termos da Decisão n.º 4.256/17 (peça 50), dentre outras questões, deliberou pela audiência dos responsáveis em razão das irregularidades identificadas nos autos.

Após o deferimento de prorrogações de prazo para apresentação de razões de justificativa por parte de alguns responsáveis chamados em audiência, o Tribunal, por intermédio da Decisão n.º 3.239/18, chamou em audiência mais dois responsáveis.

Nesta oportunidade, retornam os autos com a Informação n.º 52/18-2ªDiacomp (peça 115), por meio da qual o Auditor de Controle Externo analisou o mérito das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis chamados em audiência. Reproduzo a seguir, com os ajustes de forma que julgo pertinentes, as principais considerações levadas a efeito pelo diligente ACE:

“I – DA EMPRESA PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

I.1 – Manifestação (e-doc 4F64E904-c, Peça nº 72).

(...)

I.2 – Análise

17. Não consignamos os fundamentos objeto da abordagem da interessada, em função de o tema vincular-se ao que entender pertinente quanto à matéria aqui tratada, de sua própria iniciativa e convencimento, motivo de apenas nos restringirmos ao que fora oferecido pelo interessado.

18. Assim, passemos à manifestação, seguindo os temas trazidos.

19. Em primeiro lugar, com relação à contestação objeto da Informação nº 80/2017 (e-DOC 38383FDD-e; Peça nº 32), no sentido de que poderiam ter ocorrido novos fornecimentos sem cobertura contratual após o término da vigência do Contrato nº 26/2015, em alusão às informações extraídas do sistema Alphalinc, vejamos esses exatos termos:

(...)

20. Para contestar essas colocações, portanto, afirmou que todos os testes de hemograma fornecidos à SES/DF e consolidados na tabela elaborada pela Unidade Técnica têm absoluto lastro, pois decorrem dos Processos de Contratação nº 060.007.629/2015, nº 060.004.359/2016 e nº 060.00.595/2013 – Contrato nº 52/2017, conforme planilha encaminhada.

21. De posse desse referencial, em função do que alegou a interessada, é possível observar que a planilha encaminhada não guarda consonância com os referenciais listados pela Unidade Técnica; alguns valores são coincidentes, mas não os documentos citados e as datas apresentadas.

22. Também, na sua maioria, constam processos diversos dos mencionados no antepenúltimo parágrafo, de modo que não se pode aferir a compatibilidade entre os demonstrativos tratados, quais sejam, aquele disposto no parágrafo 19 e a planilha dita como encaminhada pela interessada.

23. Em assim sendo, não podemos acatar essa contestação por ausência de elemento probatório para constitui-la.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

24. Não podemos olvidar que consta consignado no último parágrafo colacionado acima - § 85, que houve menção de se chamar os três servidores citados na Matriz de Responsabilização para tratar do tema referente ao fornecimento de produtos sem cobertura contratual, o que faremos separadamente, cada um a seu tempo no corpo desta instrução.

25. Assim, a assertiva, no sentido de que jamais forneceu materiais à SES/DF sem a devida cobertura contratual e notas de empenho, está passível de comprovação, pois não houve fornecimento dos parâmetros para satisfazer tal colocação, como todos os pagamentos recebidos, vinculação aos respectivos contratos, aduzidos das respectivas notas de empenho e notas fiscais.

26. Nesse sentido, ainda, criticamos que sequer a restrita lista lançada pela Informação nº 80/2017 foi devidamente aquinhoadada com os referenciais que pudessem contestar a assertiva exarada nessa peça do Corpo Técnico, de modo que tal contestação não merece prosperar.

27. No ponto seguinte, com relação à contestação do sobrepreço, essa instrução firmou entendimento que não houve irregularidade nesse sentido, conforme consta do seu § 79, apegando-se a isso a contradita.

28. No entanto, dissentiu o MPJTCD, acompanhando-o nesse sentido o Relator do feito (e-dco 193912CB-e, Peça nº 49), nos seguintes termos que podem sintetizar tal registro:

“Segundo o Ministério Público, a seleção da proposta mais vantajosa para Administração não foi devidamente observada. Assinalou que, apesar de considerar razoável o preço contratado, por se encontrar dentro do mercado, existia, na ocasião da dispensa de licitação, preço público registrado pela mesma sociedade empresária sobremaneira mais vantajoso que o contratado pela SES (R\$ 1,76 no Pregão nº 103/2014 – Universidade Federal da Bahia). Para o Parquet, houve, assim, prejuízo ao erário, por não ter a SES efetivado uma contratação que poderia ser mais econômica aos cofres públicos, motivo por que sugeriu ao Tribunal chamar em audiência os responsáveis pela Gerência de Pesquisas de Preço e pela Subsecretaria de Administração Geral, para apresentação de razões de justificativa, e determinar à jurisdicionada a instauração da pertinente TCE”.

29. Notemos que o referencial de preços de R\$ 1,76 praticado naquela Universidade Federal, de acordo com os termos lançados pela interessada, não deixa margens para chegarmos a outras conclusões que não residam na possibilidade que teria a SES de alcançar preços muito menores porque todas as variáveis listadas alcançam muito maior relevância no contexto da aquisição da jurisdicionada porque se cogitarmos dos inúmeros hospitais no âmbito do DF, comparavelmente aos termos contratuais celebrados com a Universidade da Bahia, resta indubitável que, como aqui estamos tratando de uma fornecimento para uma unidade da federação ao passo que, no outro, para uma localidade, remanescem maiores vantagens competitivas ao DF pelas quantidades afetadas a cada um dos entes comparados.

30. Por essa questão aquilatada, não podemos conceber que a interessada trouxe adequação para combalir os termos contrapostos pelo Parquet, muito pelo contrário, podemos utilizar seus argumentos contra ela mesma.

31. Nesse sentido, nem cogitaríamos que oferecesse argumentação centrada em seus custos para comprovar se houve ou não sobrepreço, possibilidade ligada a factível segredo industrial; de qualquer forma, isso seria de grande relevância para a discussão aqui travada.

32. Por isso, ainda dentro da mesma alegação, dissentimos da colocação no sentido de que citou apenas um pregão para indicar o suposto sobrepreço; mesmo que fosse um único fornecedor a ser agraciado por esse preço, a relevância da SES no contexto nacional mereceria melhor vantagem comparativa em função de outros adquirentes, quiçá um de menor destaque quantitativo, como dito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

33. *Em outra oportunidade, deparamo-nos com contestações similares quanto à formação de custos, no entanto, referente à aquisição de reagentes – Processo nº 3.338/2014, Informação nº 40/2016. A tônica da argumentação gira em torno do tipo de insumo que compõe a demanda, complexidade da composição, quantitativo adquirido, perfil geral dos exames, negociação envolvida com os pregoeiros, etc.*

34. *É o que se vê nas exposições daqueles que comparecem perante esta Corte para debater a respeito de preços inerentes à aquisição dos meios para produção de hemograma completo, reagentes para realização de testes e congêneres.*

35. *Tudo isso in tese porque declinam de firmar composição de custos.*

36. *Como normalmente não há elucidação da empresa contratada a respeito da composição de custos inerente à contratação, somente em sede de TCE poder-se-ia vislumbrar a respeito da economicidade, vantajosidade e, consequentemente, afastar ou não prejuízo decorrente da aquisição.*

37. *Igualmente sem oferecer planilha de custo para averiguarmos a formação desses preços, mas como dito, a empresa não é obrigada a revelá-los, recai sobre ela o ônus de não obter êxito de suas colocações ao contestar que não houve indícios de sobrepreço na contratação.*

38. *Em assim sendo, consideramos improcedentes as justificativas apresentadas pela empresa PMH.*

II – DOS RESPONSÁVEIS INDICADOS NA MATRIZ DE RESPONSABILIDADE.

II.1 – Responsável: Herica Ferreira dos Santos (e-DOC DE8B06E8-c; Peça nº 85)

(...)

II. 1.3 Análise

101. *O período de permanência da justificante a frente do cargo por ela ocupado não pode ser atribuído como suficiente para atribuir-lhe responsabilidade por não impulsionar os autos originários que versaram sobre o tema.*

102. *De fato, se nos detivermos ao tempo conflagrado a viabilizar a contratação, fora, portanto, do intervalo a ela vinculado, perceberemos que se trata de procedimentos que tiveram percalços que se delongaram em demasia.*

103. *A planilha de ordem cronológica apresentada demonstra que os autos foram iimpulsionados em 11/03/2014, com novo Termo de Referência nº 2, depois em 11/04/2014 com a Pesquisa de Preços 2 e estudo de viabilidade.*

104. *Nota-se, portanto, que mesmo depois de ter sido exonerada do cargo em questão, por um lapso de tempo de 14 dias, processou-se novo evento naqueles autos.*

105. *Daí tanto podemos inferir que a substituição da titular da área pode ter ocorrido em função de sua inércia ou de situações fora de controle da área porque o processo já se encontrava sem movimentação por quase um mês antes de sua assunção no cargo.*

106. *Os inúmeros Termos de Referência, bem como Pesquisa de Preços que se sucederam, num total de 6 para este e 16 para aquele, demonstram o imbróglio experimentado, aparentando que a conduta à justificante atribuída revela menor relevância no contexto referenciado.*

107. *Ademais, maior responsabilidade para impulsionar os autos deve ser atribuída àqueles que respondiam pela coordenação de todas as áreas envolvidas na aquisição, necessitando maior diligência para viabilizar o resultado do processo.*

108. *As tratativas concernentes aos preços envolvidos não fazem parte do arcabouço de premissas constantes da Matriz de Responsabilização, no tocante a esta justificante, motivo da desnecessidade de avaliá-los, podendo eventualmente servir para analisá-los no contexto delineado para outros justificantes.*

109. *De todo modo, não firmou convicção a respeito dessa variável preço, apenas*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

citou-o no contexto dos trâmites aos quais foram submetidos os autos.

110. Em assim sendo, consideramos procedentes as razões de justificativas apresentadas diante dos termos que ora se apregoam.

II.2 – Responsável: Hélio José de Araújo (e-DOC D1CCD20B-c; Peça nº 87).

(...)

II. 2.3 Análise

121. Vejamos, preliminarmente, os pressupostos contidos na Informação nº 80/2017 (e-DOC 38383FDD-e; Peça nº 32), que serviram de esteio para as colocações que se fizeram consignar na Matriz de Responsabilização, quanto ao objeto do chamamento destacado neste tópico:

(...)

122. Aduzidos os fundamentos, encaminhamo-nos para as considerações do justificante.

123. Vejamos que a restrição tida como indispensável para a contratação de fornecedor em tempo hábil, de forma a não prejudicar à população, devido ao baixo nível dos estoques, aliada à substituição dos equipamentos automatizados, de fato, restringem mesmo a oportunidade de outras empresas interessadas porque se a PMH teria exclusividade de fornecimento dos insumos utilizados nos equipamentos, não se vislumbraria como se socorreriam os demais pretendentes ao certame diante dessa condicionante.

124. A alegação relativa à demora na substituição de equipamento que poderia delongar-se deixa claro que havia temor com a ruptura de execução de exames.

125. Como dito por nosso antecessor linhas acima transcritas, uma falha não pode ser justificada por outra.

126. Permanece latente, ainda, que a SES adotou medida para afastar solução de continuidade, a tempo de celebrar o contrato emergencial.

127. Resta claro o pressuposto no sentido de que a ausência de planejamento conduziu a conduta adotada pela SES – contratação emergencial mediante adequação dos termos para maior celeridade do feito.

128. Essa conclusão por si só deslocaria para os dirigentes a responsabilidade pelos defeitos ou impropriedades apresentadas nesta contratação.

129. Tal conclusão pode ser validada em decorrência do chamamento dos dirigentes nesta fase processual para tratar das “Falhas no exercício das competências regimentais relativas à supervisão dos atos processuais preparatórios para aquisições”, associadas, ainda, à desídia administrativa.

39. No entanto, pesa sobremaneira a este justificante os termos contidos no item “2.1” do Projeto Básico, com a seguinte delimitação:

“Existem atualmente instalados na rede SES/DF 32 (trinta e dois) equipamentos automatizados, modelo CELL-DYN 3.700 / RUBY da marca Abbott, cedidos por meio do Contrato 166/2012 – SES. Desta forma, considerando a incompatibilidade técnica existente entre equipamentos e reagentes de diferentes fabricantes, podendo inclusive haver comprometimento da qualidade dos resultados liberados pelos laboratórios às equipes médicas e pacientes, faz-se necessária a manutenção da tecnologia atual para

130. Vejamos que contribuição da justificante respaldou os atos dos dirigentes em razão de ter sido apontada incompatibilidade técnica entre equipamentos e reagentes de diferentes fabricantes, comprometendo a qualidade dos resultados dos exames, recomendando, inclusive, a manutenção da tecnologia então utilizada.

131. Daí, não se poder vislumbrar como se poderia suprir tal equipamento com insumos similares, ou mesmo compatíveis, se já havia clara demonstração de que isso não era recomendável.

132. O pressuposto estabelecido nessa cláusula excluiu a possibilidade aqui aventada pela justificante porque asseverada a incompatibilidade técnica diante de insumos similares.

133. Daí, não se poder afastar a cláusula restritiva à competitividade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

134. Cotejando as informações, resta claro que se buscava, de modo célere, ultrapassar a fase de aprovação do Projeto Básico, mesmo com cláusula restritiva à competitividade, por meio do procedimento licitatório possível e viável, tendo em vista esse objetivo alvitado, na tentativa de superar o entrave baseado no fornecimento exclusivo, tendo em vista incompatibilidade com outros fabricantes do produto.

135. Com isso fica evidente a vulnerabilidade que a SES estava exposta, o que agravaria a influência negativa para o planejamento merecido, não se podendo avaliar que houvesse solução dentro de um processo de dispensa de licitação, de modo a superar ou equacionar a questão.

136. Mas isso não pode relativizar a questão.

137. Muito pelo contrário, tais precedentes seriam agravados diante do quadro a que se chegou de ter que contratar para minimizar os efeitos da falta de compatibilidade técnica existente entre equipamentos e reagentes de diferentes fabricantes - a solução não se daria nesse momento.

138. Não podemos conceber que a solução inadequada utilizada fosse a mais prudente, seria preciso romper esse ciclo.

139. Aliás, comumente são noticiadas falta de equipamentos, materiais, suprimentos, remédios, etc. no âmbito da SES.

140. Alegar que medidas para superar esses entraves sempre são tomadas para que não haja solução de continuidade não pode ser concebida como aceitáveis, visto que estariam sempre justificadas para evitar tais ocorrências como as que agora foram expostas, sendo sempre matéria sem solução à vista e de costureira recorrência a esse tipo de estratégia.

141. Por isso, é preciso que esta Corte não acate tais precedentes, visto que quando se trata de saúde pública, tudo é urgente.

142. E, em assim sendo, a SES deveria promover medidas preventivas para que ocorrências dessa magnitude fossem evitadas, visto que, pela sua expertise, deveria ser capaz de anteceder a eventos indesejáveis como todas as aquisições que se operam fora do processamento normal, dando margem a uma sucessão de fatos que, quando não beiram à ilegalidade, contribuem para aumentar o caos na Saúde Pública.

143. Em assim sendo, diante dos pressupostos acima dispostos, somos pela improcedência das razões de justificativa.

II.3 – Responsável: Anacleide Ferreira Gonçalves de Almeida (e-DOC A37E13A3-c; Peça nº 89)

(...)

II. 3.3 Análise

154. Preliminarmente, vejamos que a justificante aborda questões similares ao seu antecessor, inclusive por ter sido chamado pelos motivos configurados na Matriz de Responsabilização, qual seja: “Estabelecimento de cláusula restritiva à competitividade”.

155. Assim, os fundamentos que consolidaram esse referencial são os mesmos contidos no § 121, desnecessário, portanto, mais uma vez, que se colacionem tais registros.

156. Como dito, acaso não fossem os mesmos fundamentos e contestações, poderíamos nos inclinar a ter conclusão diversa daquilo que concluímos para o outro justificante.

157. E assim ocorreu, motivo de ter chamado o feito para declarar que “(...) o mesmo foi alterado e substituído, sendo elaborado por outro profissional, não sendo o projeto inicial citado em momento algum na representação”.

158. De fato, não constam da exordial os efeitos decorrentes do Projeto Básico quanto à fixação da cláusula restritiva aqui debatida, mesmo porque tal característica encontra-se submerse, como dito, na Informação nº 80/2016, no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

entanto, sem entrar nos meandros relativos ao momento que isso tenha ocorrido, ou seja, importante-se, por óbvio, com a eficácia decorrente o Projeto Básico levado a efeito para efeitos formais de composição dos autos de aquisição.

159. Diga-se que a exordial, nesse sentido, menciona “não chamamento de outras sociedades empresárias eventualmente interessadas em fornecer os produtos à jurisdicionada”, concluindo o Corpo Técnico, a posteriori, que houve restrição à competitividade.

160. Observa-se que esta justificante alegou, categoricamente, que elaborou o Projeto Básico inicial, tendo sofrido inúmeras alterações no decorrer dos trâmites, de modo a transfigurar os termos inicialmente depositados para a empreitada em virtude das modificações ocorridas, na lavra de pessoa diversa, o que tem o condão de afastá-la daquilo que consta associado à Matriz de Responsabilização.

161. Não bastasse isso, devemos enfatizar esse efeito no sentido de o justificante consignado no tópico anterior ter aprovado o Projeto Básico, o que demove definitivamente esta justificante da qualidade de responsável pelo ato restritivo contido na Matriz de Responsabilidade porque sofreu o crivo de quem poderia fazê-lo.

162. Em assim sendo, consideramos procedentes as razões de justificativa apresentadas.

II.4 – Responsável: Tulio Roriz Fernandes (e-DOC 42161AB6-c; Peça nº 92)

(...)

II. 4.3 Análise

171. Vejamos, preliminarmente, os pressupostos contidos na Informação nº 80/2017 (e-DOC 38383FDD-e; Peça nº 32), que serviram de esteio para as colocações que se fizeram consignar na Matriz de Responsabilização, quanto ao objeto do chamamento destacado neste tópico:

(...)

172. Apontados os termos pelos quais a Matriz de Responsabilização se embasou, vejamos as alegações do justificante, que trouxe aos autos aquilo que entende cabível na oportunidade.

173. Sua tese descaracteriza essencialmente os fundamentos que configuram a Administração Pública quanto à responsabilidade atribuída aos seus prespostos.

174. Vejamos o cargo em particular, então ocupado pelo justificante.

175. No exercício da função conferida, subordinam-se inúmeras áreas diversificadas por temas, em função de elevado grau de especialização, gozando da presunção que os ocupantes subalternos foram por ele nomeados porque dominam competências equivalentes ao grau de complexidade exigido.

176. Mas isso não permite eximir-se de responder pelos atos que seus subordinados praticaram sobretudo porque estão sujeitos à revisão e validação daquele que os nomeou, presente, então, a indelegabilidade da responsabilidade e a ineficácia do ato, neste caso se inexistente aprovação formal.

177. Se chancelou o ato, por ele responde.

178. Vejamos que muitas vezes, a exemplo do que trouxe o justificante, o gestor alega que seus subordinados praticaram atos como se encerrassem em si mesmos a eficácia, mas isso é só exercício de retórica.

179. Do momento de sua nomeação, assume o ônus de cumprimento dos poderes-deveres funcionais.

180. O justificante comporta-se em suas alegações como mero ocupante do cargo, mas olvida-se que os fundamentos estão baseados, por exemplo, no regimento interno da unidade, nos princípios gerais que regem a Administração Pública e no arcabouço legislativo para dar pleno sentido as suas ações enquanto administrador.

181. Não lhe cabe eximir-se desses pressupostos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

182. Diferentemente do que trouxe, a falta de planejamento e desídia não podem, sim, a ele ser imputadas porque os pressupostos da manutenção do cargo lhe conferem poderes para fazer ou refazer todas as atividades executadas pelos setores a ele subordinados porque responde pela condução dos processos submetidos a sua área de abrangência.

183. Não pode deslocar para unidades subalternas atribuições deliberativas porque somente ele mesmo pode dar validade aos atos elaborados pelas unidades sob sua supervisão.

184. Mas que também não alegue que sobre ele recai soma surpreendente de procedimentos porque para isso possui, além de diretoria especializada, assessoria para mitigar suas atribuições, mas a responsabilidade continua sendo indelegável.

185. Assim, discordamos da posição do justificante no sentido de que a falta de planejamento e desídia não lhe podem ser atribuídas, como se mero figurante fosse ao exercer o cargo de tamanha envergadura na SES.

186. Curioso notar que não teceu considerações isoladamente a respeito desses temas, apenas negando-os em função dos termos que refutamos acima – prática de atos associados aos seus subalternos e impossibilidade de por eles responder.

187. Com relação aos preços, vejamos a assertiva no sentido de não se poder constituir sobrepreço à comparação entre preços de contratação mediante licitação e mediante dispensa em situações emergenciais, em virtude de o contrato emergencial ser de menor duração, dificultando a negociação de preço fora do regime competitivo da licitação.

188. Olvidou-se o justificante que, como axioma de cunho geral válido na Administração Pública, tem-se que qualquer alteração de valores pactuados tem que ser muito bem fundamentada porque presente a vantajosidade inerente aos preços acordados na continuidade da prestação dos serviços.

189. De todo modo, essa questão do preço não foi imputada ao justificante, mas como ele próprio entendeu trazer a sua defesa, apenas tecemos algumas considerações, de modo a não deixar sem apreciação.

190. Por fim, a jurisprudência encartada do TRF da 1ª Região trata de caso específico de difícil analogia ao que temos nestes autos.

191. De posse dessas ponderações, temos, ainda, que o interessado não seguiu rito referendado pela Matriz de Responsabilização nem pelos fundamentos que a nortearam, conforme apontado no § 171.

192. Em assim sendo, somos pela improcedência das razões de justificativa apresentadas.

II.5 – Responsável: Marúcia Valença Barbosa de Miranda (e-DOC D7435398-c; Peça nº 93).

(...)

II. 5.3 Análise

202. Vejamos, preliminarmente, os pressupostos contidos na Informação nº 80/2017 (e-DOC 38383FDD-e; Peça nº 32), que serviram de esteio para as colocações que se fizeram consignar na Matriz de Responsabilização, quanto ao objeto do chamamento destacado neste tópico:

(...)

203. Percebamos, pois, que se encontram depositadas questões determinadas que devem merecer da justificante o debate apropriado, além do que consta na Matriz de Responsabilização.

204. Vejamos a análise dos termos propostos pela justificante.

205. Em primeiro lugar, o fato de a SUAG atuar diretamente nas contratações da Secretaria exclusivamente por provocação prévia não significa que não seja a condutora de parte considerável dos procedimentos, não sendo sem motivo que a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

área demandante inicia o processo e as ações complementares correm na área de abrangência dessa unidade.

206. A justificante abordou a questão do planejamento das aquisições, deslocando para as unidades programadoras essa responsabilidade, no que tange às aquisições dos testes para hemograma completo; na verdade, se bem nos detivermos aos termos do contido no art. 146, inciso III, do Regimento Interno da SES, denotaremos que a SUAG trata de questão muito mais abrangente porque responde pela formulação e propositura de “políticas, diretrizes e normas relativas aos processos de aquisição de bens e serviços, (...)”, ou seja, tal prerrogativa engloba muito mais que planejamento.

207. Assim, como formulado pela justificante, a unidade que respondia não cabia acolher demandas e necessidades da rede, tem mesmo a atribuição de traçar políticas, implícito que se tratam de ações de longo prazo, devendo antever tudo que se relaciona às aquisições. Não possui papel passivo ou de observância. Trata-se de equívoco classificar que a unidade teria atuação não proativa.

208. Com relação à alegação de que a autuação do processo para a referida contratação ocorreu 24 dias após a sua posse, não há pertinência com o seu chamamento ao feito, pois que o tema a ser discorrido, em apertada síntese, dizia respeito ao fornecimento de produtos sem cobertura contratual.

209. Outrossim, no que se refere às versões elaboradas do Termo de Referência ou da forma célere que encaminhou os processos relativos à contratação.

210. Estranha-se assertiva da justificante no sentido de aquisição supostamente fundada na dispensabilidade do termo de contrato nos casos de compra de bens com entrega imediata e integral que não resultem obrigações futuras, de modo a contestar a Informação nº 80/2017, em virtude de identificação no movimento do estoque após o término da vigência do Contrato emergencial nº 26/2015.

211. Trata-se de explicação à margem do contexto legal, pois a presunção de aquisição por dispensa de contratos pode ocorrer quando se adquire algum produto por Suprimento de Fundos, que não é o caso em questão, bem como na hipótese de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica - § 4º, art. 64, da Lei nº 8.666/93, igualmente.

212. A citação a atos diversos aos que estão aqui sendo objeto de tratativas ou cumprimento das orientações dos órgãos de controle, de modo a enaltecer sua atuação à frente da unidade que dirigia, não podem atenuar a ausência em debater os termos do seu chamamento.

213. Aliás, como registramos no parágrafo introdutório, questões determinadas foram postas pela Matriz de Responsabilização, fundamentada na instrução deste Corpo Técnico.

214. A justificante não se preocupou em contestá-las especificamente, esgotando a oportunidade aqui concedida.

215. Em assim sendo, consideramos improcedentes as razões de justificativa apresentadas.

II.6 – Responsável: Marcello Nóbrega de Miranda Lopes (e-DOC 1B6A7654-c; Peça nº 102).

(...)

II. 6.3 Análise

230. Os pressupostos que validaram os termos da Matriz de Responsabilização, no que tanger aos aspectos delineados neste tópico, encontram-se igualmente colocados no § 202, visto que se tratam dos mesmos fundamentos, motivo de não ser necessário novamente seu registro nesta oportunidade.

231. Devemos, pois, anotar previamente que tais registros versam a respeito de questões específicas que devem merecer do justificante a acolhida suficiente para satisfação desses pressupostos estabelecidos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

232. Vejamos, dentro dessa premissa, que ao final será avaliada, a análise dos termos propostos pelo justificante.

233. A questão conjuntural preliminar levantada pelo justificante, ressaltando a situação crítica pela qual passava a rede pública de saúde do DF não pode servir de esteio para a manutenção da prestação de serviços sem cobertura contratual. Essa ilegalidade pode ter ocorrido durante essa fase, mas é resultante de situação pretérita que perdurou também durante o período destacado.

234. De acordo com os assentamentos constantes destes autos, não podemos olvidar que existia contrato regular, depois substituído por outro emergencial, desembocando na ausência de ajuste propriamente. Aliás, fatos esses citados destacadamente no seu próprio assentamento.

235. Por isso, não se pode assentir que essa situação crítica tenha levado a SES a operar sob o prisma de contratação tácita, sugestiva de ser resultante da falta de planejamento imperante no órgão.

236. Vejamos, ainda, que a ausência de pagamento aos fornecedores, se concomitante a uma contratação regular, pode resultar distrato ou repercussões que impactam diretamente a contraprestação (diminuição da força de trabalho e de insumos necessários para a continuidade), mas não se pode conceber que tal premissa seja responsável pela ausência de cobertura contratual.

237. Ao consignar registros relativos a ajuste cuja vigência se deu concomitantemente a sua assunção no cargo de gestor, bem como sua atuação para celebração de contratação regular fogem ao intuito perseguido nesta oportunidade porque não condizente com o tema relativo ao fornecimento de produtos sem cobertura contratual; os esforços para suprimir essa situação irregular não dizem respeito à própria situação dessa natureza descrita.

238. Também ao deslocar para outra unidade atribuição que supostamente não era de sua área de abrangência não contribui para a contestação do tema principal porque geriu situação concernente a sua própria atuação como gestor e ordenador de despesa, não possuindo outras áreas, sob o ponto vista regimental, responsabilidade pela ausência de cobertura contratual.

239. Por outro lado, não se está discutindo a boa-fé do justificante porque isso é dever inerente ao exercício de qualquer cargo ou função, vai muito além desse pressuposto porque tal atributo é condição intrínseca de qualquer servidor público.

240. Ao refutar que não foi juntada comprovação de que tinha ciência da prestação de serviço sem cobertura contratual, equivoca-se gravemente o justificante, pois tal assertiva equipara-se ao fato de desconhecer situação essencial constatada mediante a existência ou não de contratos durante sua gestão; ou assemelha-se a afirmar que desconhecia tal situação.

241. De todo modo, não poderia alegar desconhecimento da situação porque fato se trata de situação irrefutável.

242. Outrossim, ao invocar que não fora informado da situação de que haviam indícios de irregularidades na execução do Processo nº 060.007.595/2013SES/DF nem da existência do Processo nº 21008/2015.

243. Em outra vertente, margeou o tema ao afirmar suposição do Corpo Técnico quanto à ausência de a finalização do Processo nº 060.007.595/2013 ter resultado no fornecimento de materiais sem cobertura contratual.

244. Quanto a isso, o tema crucial diz respeito ao que se destacou na introdução do parágrafo introdutório a respeito do tema, conforme visto na Informação nº 80/2017, § 76, no seguinte sentido:

“76. Trata-se de apontamento relativo ao aparente fornecimento de produtos sem cobertura contratual, tendo em vista o interstício entre o término da vigência do Contrato nº 166/2012, em 11/12/2013, e a assinatura do Contrato Emergencial nº 26/2015, em 25/03/2015”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

245. Vê-se, assim, que o período que cabe ao justificante foi delimitado como sendo após a vigência do Contrato Emergencial nº 26/2015, ou seja, 22/09/2015 a 01/04/2016, correspondente à ausência de cobertura contratual, devendo o intervalo merecer as considerações acerca do tema proposto, comprovando que não houve a situação fática descrita.

246. Portanto, não se está questionando a demora do andamento dos processos regulares ou a causa da situação emergencial, mas, como dito exaustivamente, o período sob sua responsabilidade que foi operado mediante contrato tácito ou sem cobertura contratual.

247. Sobre isso, não fez consignar os termos necessários.

248. Portanto, ao resgatar o que discorremos no início desta análise, no sentido de os registros acerca do chamamento versarem a respeito de questões específicas, fazendo as devidas adaptações de ordem cronológica, que deveriam merecer do justificante a acolhida suficiente para satisfação desses pressupostos estabelecidos, tem-se que ficou à margem dessas colocações assunto cuja pertinência abordou a movimentação de estoque no período compreendido entre 22/09/2015 a 01/04/2016 (fim do Contrato Emergencial nº 26/2015 e exoneração do cargo ocupado), conforme disposto na Tabela V, denominada Autorizações de Fornecimento de Testes de Hemograma, contida na Informação nº 80/2017;

249. Em assim sendo, consideramos improcedentes as razões de justificativa apresentadas.

II.7 – Responsável: José Menezes Neto (e-DOC EFD4979A-c; Peça nº 114).

(...)

II. 6.3 Análise

261. Apresentados os fundamentos que nortearam o chamamento do justificante, temos que, de fato, deveria pronunciar-se a respeito do possível sobrepreço na contratação emergencial objeto do Contrato nº 26/2015.

262. Em primeiro lugar, é preciso que se registre que o justificante deveria ter se ocupado também do fundamento da lavra do Parquet, no sentido exarado pela Representação nº 11/2015-ML, conforme consignou a Informação nº 67/2018, Peça nº 103, e-DOC 6359EB81-e, § 5º, no sentido da menção clara que a pesquisa realizada tomou como referência quantitativo (entre 4.000 e 572.500) muito abaixo da aquisição pretendida (1.187.500 unidades); a despeito disso, não foi empecilho para a assinatura do Contrato nº 026/2015 – SES/DF.”

263. Nesse sentido, apenas se limitou a negar assertiva de discordar com a incongruência assinalada pelo MPJTCD, sem manifestação específica a respeito desse tema.

264. Há que se consignar que a argumentação lançada por este justificante assemelha-se com a manifestação da empresa PMH, vista no Tópico I desta instrução, no que tange à possível sobrepreço na contratação emergencial.

265. Vejamos, então, as suas alegações.

266. Em primeiro lugar, o referencial de preços de R\$ 1,76 praticado na Universidade Federal da Bahia, leva-nos a indagar, diferentemente do que trouxe o justificante, da vantagem que poderia usufruir a SES de alcançar preços relativamente menores que esse, em virtude do ganho de escala no contexto da aquisição, haja vista fornecimento para toda uma unidade da federação - DF, comparavelmente aos termos contratuais firmados com essa instituição de ensino.

267. Para corroborar, ainda, essa tese, não poderíamos deixar passar despercebido que nestes autos constam que os 32 equipamentos em comodato, que fizeram parte do Contrato nº 26/2015, já se encontravam instalados na SES, o que invalida a argumentação no sentido de ter havido custo de instalação, de modo a inviabilizar o efeito comparativo.

268. Tal assertiva pode ser vista no § 121, em alusão à justificativa proferida pelo Núcleo de Patologia Clínica, no sentido da manutenção dos equipamentos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

anteriores, uma vez que o processo de substituição destes demandaria cerca de 90 dias para ser concluído, em virtude de os prazos poderem ocasionar a interrupção na realização dos exames e, por conseguinte, danos irreversíveis à saúde dos pacientes.

269. Com relação ao fato de haver utilizado preços disponíveis no Comprasnet, que remontavam 2014 e 2015, temos que avaliar que a medida que se vai utilizando os mesmos procedimentos, há uma tendência de o mercado experimentar melhoras significativas nos preços praticados, decréscimo, não se podendo, dessa forma, tomar como parâmetro apenas experiência pretérita, é necessário pesquisar outros meios, de modo a afastar controvérsias de ordem mercadológica, como as que ora se apresentam.

270. Vejamos, ainda, que não se cogitou de inovação tecnológica, mas em manutenção de um sistema que, na verdade, já se encontrava em pleno uso na SES, inclusive com aproveitamento do parque instalado, ou seja, não se pode falar em inovação, de modo a gerar custos adicionais.

271. Nesse sentido, ainda, não podemos conceber que se possa aceitar que a variação de índices pudesse ditar os preços para balisar a aquisição em comento, pois antes de ser pressuposto comparativo para fundamentar um procedimento, não se pode simplesmente acatá-lo para todos os casos por ser considerado justificável; deve-se levar em consideração a economicidade envolvida, que se deve almejar incessantemente na Administração Pública.

272. Melhor, mesmo que a variação de índices possam ser aceitos, não se pode inviabilizar outras formas comparativas para estabelecimento de preços, ou seja, deve-se provar que se optou pela melhor fundamentação para proceder à contratação em detrimento de outras justificativas. Isso não foi exposto pelo justificante.

273. As 16 (dezesseis) licitações apresentadas para afastar a tese do sobrepreço estão desprovidas do devido embasamento, no sentido de não terem sido juntados os custos inerentes a cada uma das unidades listadas nem as bases operacionais para se contratar, nem as variáveis concernentes a cada contrato.

274. Em assim sendo, tendo em vista os argumentos apresentados, consideramos improcedentes as razões de justificativa.

II.8 – Responsável: Sr. João Batista de Souza.

(...)

II. 8.3 Análise

277. Como não se dignou manifestar-se, considera-se a revelia do justificante.

VI - DAS CONCLUSÕES E SUGESTÕES

278. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento da presente instrução, bem como dos meios pertinentes a análise empreendida;

II. considerar em função dos termos decorrentes da matéria suscitada na Decisão nº 4256/2017:

a) procedentes, as razões de justificativa apresentadas pelas Sras. Herica Ferreira dos Santos e Anacleide Ferreira Gonçalves de Almeida;

b) improcedentes:

i. pelos Srs. Hélio José de Araújo, Tulio Roriz Fernandes, Marcello Nóbrega de Miranda Lopes e José de Menezes Neto, bem como Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda;

ii. a manifestação apresentada pela Empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda.;

c) revelia do Sr. João Batista de Souza;

III. deliberar a respeito das penalidades cabíveis aos nominados na alínea “b.i” e “c” do item anterior;

IV. autorizar:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

a) o encaminhamento de cópia desta instrução e da Decisão que vier a ser proferida, juntamente com o respectivo Voto, aos interessados constantes do item anterior;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.”

Em cota complementar (Informação n.º 138/18-Seacomp/2ªDiacom, peça 116), endossada pelo titular da Secretaria de Acompanhamento, o Diretor da 2ª Divisão de Acompanhamento, divergindo parcialmente, propôs a procedência das justificativas em relação ao preço praticado na contratação, o que, de consequência, conduz a ligeiros ajustes no rol de apenados. Veja-se:

“2. Na presente Informação, apresentamos os argumentos que levam-nos, com a devida venia, a dissentir parcialmente das Sugestões ofertadas pelo ACE, no que se refere à justificativa dos preços referentes ao (...)

7. Em consulta aos autos, destacamos que a Peça n.º 5 (edoc B57B1D) consiste em cópia do Processo GDF n.º 060.013.746/2014, que tratou da contratação em exame.

8. Consulta ao citado processo permite confirmar as informações citadas pelos justificantes:

- fl. 80: - cotação de preços, cujos valores unitário oscilaram entre R\$ 1,97 e R\$ 4,20; valor da última aquisição: R\$ 1,98.
- fl. 81: planilha consolidada, considerando valor unitário de R\$ 2,00;
- fl. 90: proposta de preços da empresa PMH, no valor unitário de R\$ 2,80.
- fl. 146: e-mail endereçado à proponente solicitando redução dos valores da proposta, que se encontravam acima dos valores estimados;
- fls. 147/148: esclarecimentos prestados pela empresa
- fl. 167: resumo das notas fiscais apresentadas pela empresa, com preços unitários entre R\$ 2,66 e R\$ 6,75.
- fl. 169: solicitação para nova pesquisa de preços, levando em consideração todos os preços encontrados no Comprasnet.
- fl. 177: nova pesquisa de preços; valor de referência: R\$ 2,45.
- fls. 180/184: ata de reunião realizada no dia 13/03/2015 entre servidores da SES e representante da empresa PMH. Após discussões, restou definido o valor de R\$ 2,40.

9. Além das informações acima, buscamos no site Comprasnet a ata de registro de preços referente ao Pregão 00103/2014, vencido pela mesma empresa PMH, no valor unitário de R\$ 1.76. Citado certame foi invocado pelo Ministério Público para sustentar a ocorrência de prejuízo.

10. Note-se que a disputa de preços do Pregão ocorreu em **02/03/2015**, enquanto que a reunião citada ao final do § 8 ocorreu em **13/03/2015**; ou seja, a empresa, que já ofertara preços mais baixos que aqueles propostos à SES, não mencionou tal fato.

11. Do mesmo modo, os responsáveis pela pesquisa de preços também não localizaram no comprasnet à época o Pregão citado. A contemporaneidade dos fatos pode justificar tal conduta; ou seja, talvez os dados da licitação ainda não estivessem disponibilizados aos consulentes.

12. De todo modo, pode-se verificar que, afora o fato acima, os servidores da SES coletaram diversos preços estimados e buscaram a obtenção de melhor proposta junto à fornecedora, a qual ofereceu finalmente o valor unitário de R\$ 2,45.

13. Observa-se que outros fatores limitaram a busca por melhor proposta, tais como atrasos de pagamentos por parte da SES, e também, a ausência de competição devido às restrições impostas aos interessados, questão já abordada na Informação n.º 52/2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

14. Ademais, as características do fornecimento à Universidade Federal da Bahia são diferentes (qualitativa e quantitativamente) do ajuste firmado com a SES, o que mitiga a fixação do mesmo valor unitário para os dois contratos

15. Em suma, consideramos que os servidores da Secretaria de Saúde responsáveis pela pesquisa de preços e pela contratação atuaram de modo a obter, nas limitações típicas de um ajuste emergencial, a melhor proposta para a Administração.

16. Por isso, consideramos procedentes as justificativas pertinentes à justificativa de preços. Tal entendimento alcança o Sr. José de Menezes Neto e a Sra. Hérica Ferreira dos Santos e aproveita ao Sr. João Batista de Souza (revel).

17. Ante o exposto, com ajustes decorrentes desta Informação, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento:

a) das Informações nºs. 52/2018 e 138/2018;

b) dos documentos referentes à presente fase processual, citados nas peças acima

II. considerar, em função dos termos decorrentes da matéria suscitada nas Decisões nºs 4256/2017 e 3239/2018:

a) procedentes, as razões de justificativa apresentadas pelas Sras. Herica Ferreira dos Santos e Anacleide Ferreira Gonçalves de Almeida e pelo Sr. José de Menezes Neto;

b) improcedentes pelos Srs. Hélio José de Araújo, Tulio Roriz Fernandes e Marcello Nóbrega de Miranda Lopes, bem como Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda;

c) parcialmente procedente a manifestação apresentada pela Empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda.;

d) revelia do Sr. João Batista de Souza, aproveitando-lhe as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José de Menezes Neto e pela Sra. Herica Ferreira dos Santos;

IV. deliberar a respeito das penalidades cabíveis aos nominados na alínea “b” do item anterior;

V. autorizar:

a) o encaminhamento de cópia das Informações nºs. 52/2018 e 138/2018 e da Decisão que vier a ser proferida, juntamente com o respectivo Voto, aos interessados constantes do item anterior;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.”

O Ministério Público junto ao TCDF, por meio do Parecer n.º 1.005/18-GP1P (peça 119), da lavra do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, acolheu a manifestação do ACE, com adendo no sentido de ser determinada a instauração de TCE, pois, na sua visão, “o prejuízo salientado pelo Parquet não foi afastado pelas manifestações dos justificantes”. Reproduzo, para o que importa ao descortino da matéria, o seguinte trecho:

“64. Ademais, levando em consideração que o prejuízo salientado pelo **Parquet não foi afastado pelas manifestações dos justificantes**, repiso, em adendo à manifestação contida na Informação nº 52/2018, a necessidade de o e. **Plenário determinar** a instauração de **tomada de contas especial** na jurisdicionada, a fim de quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis.”

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

VOTO

Cuida-se nesta oportunidade da apreciação do **mérito da Representação n.º 11/15-ML** e das **razões de justificativa** apresentadas pelos responsáveis em face das audiências ordenadas pelas Decisões n.ºs 4.256/17 e 3.239/18.

Para melhor contextualizar a matéria, impende notar que o presente feito abriga a Representação n.º 11/15-ML e anexo (peças 03 e 04), formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCD, versando acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, no que diz respeito à aquisição, em caráter emergencial, de teste para hemograma completo em equipamento de análise automatizada, no valor total de R\$ 2.850.000,00, com fulcro no art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93, conforme dispensa de Licitação n.º 91/15 e o decorrente Contrato n.º 26/15-SES/DF, constantes do Processo n.º 060.013.746/14.

Verifica-se que, primeiramente, nos termos da Decisão n.º 3.415/15 (peça 10), ao conhecer da exordial, o Tribunal autorizou a realização de inspeção.

Ato contínuo, tendo em conta os resultados alcançados na inspeção, foi concedido prazo à SES/DF para apresentar esclarecimentos quanto às irregularidades verificadas na contratação em tela, celebrado com a empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda., oportunizando-se à contratada¹ a possibilidade de, querendo, apresentar justificativas (Decisão n.º 198/17, peça 20).

Tendo sido realizada sustentação oral de defesa pelo representante legal da empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda. (Decisão n.º 4.014/17, peça 46), posteriormente, esta Corte de Contas, nos termos da **Decisão n.º 4.256/17** (peça 50), dentre outras questões, deliberou pela audiência dos responsáveis em razão das irregularidades identificadas nos autos, nestes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação nº 80/2017 – Diacomp2, considerando cumprida a Decisão nº 198/17; II – chamar em audiência: a) os servidores apontados na Matriz de Responsabilização, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, suas razões de justificativa pelas falhas descritas na citada informação, tendo em conta a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da LC nº 1/94; b) os servidores responsáveis pela Gerência de Pesquisas de Preço e pela Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta), suas razões de justificativa pelo possível sobrepreço na contratação emergencial objeto do Contrato nº 26/2015, tendo em conta a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da LC nº 1/94; III – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Informação nº 80/2017 – Diacomp2, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda. para subsidiar o atendimento do item II anterior; b) a ciência desta decisão à empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda.; c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.”

Por fim, na Sessão Ordinária n.º 5.050, do dia 03.07.18, mediante a **Decisão n.º 3.239/18** (peça 108), o Tribunal autorizou a audiência de mais dois

¹ Neste caso, os pontos sobre os quais incidiria a manifestação da contratada seriam: possível direcionamento da contratação, sobrepreço e fornecimento de materiais sem cobertura contratual.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

responsáveis, verbis:

“(…) I – autorizar a audiência do Sr. José de Menezes Neto – CPF n.º 18271413104, então Subsecretário de Administração Geral da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em cumprimento ao item “II-b” da Decisão n.º 4256/17; II – determinar a audiência do Sr. João Batista de Souza – CPF n.º 13924109672, então Secretário de Saúde do Distrito Federal, para que apresente, no prazo de 30 (trinta), razões de justificativa pelo possível sobrepreço na contratação emergencial objeto do Contrato n.º 26/2015, tendo em conta a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da LC n.º 01/94;”

A análise efetivada pelo Auditor de Controle Externo, em suma, concluiu pela procedência de algumas razões de justificativa, pela improcedência de outras e pela revelia de um responsável, de forma que sugeriu ao e. Plenário:

“I. tomar conhecimento da presente instrução, bem como dos meios pertinentes a análise empreendida;

II. considerar em função dos termos decorrentes da matéria suscitada na Decisão nº 4256/2017:

a) procedentes, as razões de justificativa apresentadas pelas Sras. Herica Ferreira dos Santos e Anacleide Ferreira Gonçalves de Almeida;

b) improcedentes:

i. pelos Srs. Hélio José de Araújo, Tulio Roriz Fernandes, Marcello Nóbrega de Miranda Lopes e José de Menezes Neto, bem como Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda;

ii. a manifestação apresentada pela Empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda.;

c) revelia do Sr. João Batista de Souza;

III. deliberar a respeito das penalidades cabíveis aos nominados na alínea “b.i” e “c” do item anterior;

IV. autorizar:

a) o encaminhamento de cópia desta instrução e da Decisão que vier a ser proferida, juntamente com o respectivo Voto, aos interessados constantes do item anterior;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.”

Entretanto, divergindo parcialmente, o Diretor da 2ª Divisão de Acompanhamento, em cota complementar acolhida pelo titular da Secretaria de Acompanhamento, propôs a procedência das justificativas quanto ao preço praticado na contratação, com ajustes no rol de apenados. Dessa forma, sugeriu ao e. Plenário:

“I. tomar conhecimento:

a) das Informações nºs. 52/2018 e 138/2018;

b) dos documentos referentes à presente fase processual, citados nas peças acima

II. considerar, em função dos termos decorrentes da matéria suscitada nas Decisões nºs 4256/2017 e 3239/2018:

a) procedentes, as razões de justificativa apresentadas pelas Sras. Herica Ferreira dos Santos e Anacleide Ferreira Gonçalves de Almeida e pelo Sr. José de Menezes Neto;

b) improcedentes pelos Srs. Hélio José de Araújo, Tulio Roriz Fernandes e Marcello Nóbrega de Miranda Lopes, bem como Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda;

c) parcialmente procedente a manifestação apresentada pela Empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda.;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

d) revelia do Sr. João Batista de Souza, aproveitando-lhe as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José de Menezes Neto e pela Sra. Herica Ferreira dos Santos;

III. deliberar a respeito das penalidades cabíveis aos nominados na alínea “b” do item anterior;

IV. autorizar:

a) o encaminhamento de cópia das Informações nºs. 52/2018 e 138/2018 e da Decisão que vier a ser proferida, juntamente com o respectivo Voto, aos interessados constantes do item anterior;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.”

Por seu turno, o Ministério Público junto ao TCDF acolheu a manifestação do ACE, com adendo no sentido de ser determinada a instauração de TCE, pois, na sua visão, “o prejuízo salientado pelo Parquet não foi afastado pelas manifestações dos justificantes”.

Na Sessão Ordinária n.º 5.104, do dia 14.02.19, os autos foram submetidos à apreciação dos eminentes pares, oportunidade em que, acolhendo proposição formulada pelo n. Cons. Renato Rainha, foi adiada a discussão da matéria, com fundamento no art. 99 do RI/TCDF, ex-vi da Decisão n.º 384/19 (peça 129).

Nesse ínterim, revisitando os termos lançados naquele voto, convenci-me da necessidade de promover ajustes na condução da matéria, relativamente àqueles que titularizaram o cargo de Subsecretário de Administração-Geral.

Dito isso, início por pontuar que o Contrato n.º 166/12-SES/DF (Processo n.º 060.001.712/11) foi celebrado com a empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda., destinando-se à aquisição de reagentes para realização de exames de hemograma completo, em decorrência do Pregão Eletrônico n.º 116/11-Sulic/Seplan.

Posteriormente, em 11.07.13, foi constituído o Processo n.º 060.007.595/13 para regularizar o fornecimento dos reagentes. Entretanto, uma vez que a contratação regular não fora concluída, foi autuado o Processo n.º 060.013.746/14 para a aquisição emergencial.

Nesse quadro, a meu sentir, a exigência de fornecimento de reagentes específicos para equipamentos da marca Abbott (modelo CELL-DYN 3.700/RUBY), cedidos por meio do Contrato n.º 166/12-SES/DF, tratada como indício de direcionamento, em razão do **estabelecimento de cláusula restritiva de competitividade**, deve ser sopesada ao menos com dois fatos.

O primeiro diz respeito à existência, à época, de processo ordinário em andamento para contratação de nova empresa para fornecimento de conjunto integrado para realização de exames de hematologia (Processo n.º 060.007.595/13).

O segundo aponta que em tal cenário seria de se admitir que o custo de desmobilização dos 32 (trinta e dois) equipamentos já instalados no âmbito da SES/DF, em razão de contratação anterior com a empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda., não demonstrava ser a melhor alternativa naquele contexto, sob pena de solução de continuidade de serviços essenciais à população diretamente assistida, que ensejaria situação de desabastecimento de toda rede de saúde do DF em insumos de hematologia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Sendo assim, com a máxima vênia, a leitura que faço é que naquele contexto a indicação de marca foi necessária à contratação mais vantajosa, o que afasta a responsabilização do Sr. Hélio José de Araújo (Gerente de Apoio Diagnóstico e responsável pela aprovação do projeto básico).

Em relação à Sra. Anacleide Ferreira Gonçalves de Almeida (responsável pela elaboração da versão inicial do projeto básico), admitindo-se, por hipótese, que não seja acolhida essa compreensão, sequer haveria de se cogitar da imputação de responsabilidade, porquanto, como atestam as uníssonas manifestações dos órgãos técnico e ministerial, inexistente comprovação do nexo causal entre o ato ora questionado e as atribuições do cargo exercido pela referida senhora.

Guardadas as devidas proporções, no ponto, está-se em harmonia com o que foi decidido no Processo n.º 12.572/15-e, de relato do eminente Cons. Paiva Martins, dado o contexto fático observado.²

Conquanto naquele processo tenha sido determinada a abertura de Tomada de Contas Especial, no presente, noto que a questão do **preço praticado na contratação** foi devidamente analisada pelo Diretor da 2ªDiacomp, demonstrando a sua adequação. Vejamos.

Os responsáveis chamados em audiência são: Sr. José de Menezes Neto; Sra. Hérica Ferreira dos Santos; e Sr. João Batista de Souza (revel).

Sobre esse ponto, verifico que são duas as propostas de encaminhamento encartadas nos autos:

- 1) de um lado, o MP opina pela instauração de TCE, pois, na sua visão, “o *prejuízo salientado pelo Parquet não foi afastado pelas manifestações dos justificantes*”.
- 2) de outro lado, o Diretor da 2ª Diacomp, em cota complementar, que pugna pelo acolhimento das justificativas.

Com as devidas vênias ao i. representante ministerial, filio-me à análise empreendida pelo Diretor da 2ªDiacomp.

Da referida análise extraio que, ao compulsar o Processo GDF n.º 060.013.746/14 (juntado, por cópia, à peça 05), é possível confirmar as seguintes informações dos justificantes:

- a) cotação de preços, cujos valores unitários oscilaram entre R\$ 1,97 e R\$ 4,20, e valor da última aquisição – R\$ 1,98 (fl. 80);
- b) planilha consolidada, considerando valor unitário de R\$ 2,00 (fl. 81);
- c) proposta de preços da empresa PMH, no valor unitário de R\$ 2,80 (fl. 90);
- d) e-mail endereçado à proponente solicitando redução dos valores da proposta, que se encontravam acima dos valores estimados (fl. 146);
- e) esclarecimentos prestados pela empresa (fls. 147/148);
- f) resumo das notas fiscais apresentadas pela empresa, com preços unitários entre R\$ 2,66 e R\$ 6,75 (fl. 167);
- g) solicitação para nova pesquisa de preços, levando em consideração todos os preços encontrados no Comprasnet (fl. 169);

² Representação n.º 02/15-ML, apresentada pelo MPJTCD, acerca de irregularidades na dispensa de licitação que originou o Contrato n.º 01/15-SES/DF, celebrado entre a SES/DF e a empresa Labinbraz Comercial Ltda., além de repetidas contratações emergenciais para compra de reagentes para a realização de exames de bioquímica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

- h) nova pesquisa de preços; valor de referência: R\$ 2,45 (fl. 177);
- i) ata de reunião realizada no dia 13.03.15 entre servidores da SES e representante da empresa PMH. Após discussões, restou definido o valor de R\$ 2,40 (fls. 180/184).

No tocante à ata de registro de preços referente ao Pregão n.º 103/14 (Universidade Federal da Bahia – UFBA), vencido pela mesma empresa PMH, no valor unitário de R\$ 1,76³, e invocado pelo MPJTCDF para sustentar a ocorrência de prejuízo, pesquisa realizada no sítio eletrônico Comprasnet permite verificar que a disputa de preços do Pregão ocorreu em 02.03.15, enquanto que a reunião realizada no dia 13.03.15 entre servidores da SES e representante da empresa PMH. Depreende-se que, em princípio, a empresa, que já ofertara preços mais baixos que aqueles propostos à SES/DF não mencionou tal fato nessa reunião.

De qualquer forma, saliente-se que as informações colhidas do referido pregão, em cotejamento com as justificativas, no momento, permitem concluir que as características do fornecimento à UFBA são diferentes (qualitativa e quantitativamente) do ajuste firmado com a SES, o que mitiga a fixação do mesmo valor unitário para os dois contratos.

À época, os responsáveis pela pesquisa de preços também não localizaram no Comprasnet o aludido pregão. Forçoso reconhecer que a contemporaneidade dos fatos pode justificar tal conduta, porquanto se afigura possível que os dados da licitação ainda não estivessem disponibilizados naquela ocasião aos consulentes.

Veja bem. Os servidores da SES/DF coletaram diversos preços estimados e buscaram a obtenção de melhor proposta junto à fornecedora, a qual ofereceu finalmente o valor unitário de R\$ 2,45, chegando-se, como já dito, ao valor de R\$ 2,40 após reunião entre servidores da SES e representante da empresa PMH. Aliás, outros fatores limitaram a busca por melhor proposta, a exemplo de atrasos de pagamentos por parte da própria Secretaria de Saúde.

Sendo assim, com as devidas vênias, entendo que os servidores da Secretaria de Saúde responsáveis pela pesquisa de preços e pela contratação atuaram de modo a obter, nas limitações típicas de um ajuste emergencial, a melhor proposta para a Administração.

Daí que, a meu ver, assiste razão ao Diretor da 2ªDiacomp quando pugna pelo acolhimento da manifestação apresentada pela empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda., no ponto atinente à adequação do preço.

Portanto, no rastro desse entendimento, manifesto-me por que as justificativas do Sr. José de Menezes Neto e da Sra. Hérica Ferreira dos Santos sejam acolhidas neste ponto, aproveitando ao Sr. João Batista de Souza (revel), e, por consequência, deixo de acolher a proposta de instauração de TCE formulada pelo Ministério Público.

Por fim, com relação à **desídia na condução do processo de contratação regular e fornecimento de produtos sem cobertura contratual**, cabe notar que os responsáveis chamados em audiência são:

- a) desídia na condução do processo de contratação regular:

³ Juntada aos autos em documentos associados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

1. Sra. Hérica Ferreira dos Santos (Gerente de Análise e Preparação no período de 08.08.13 a 25.02.14).

b) fornecimento de produtos sem cobertura contratual:

1. Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda (Subsecretária de Administração Geral no período de 1º.04.016 até a data atual);

2. Sr. Marcello Nobrega de Miranda Lopes (Subsecretário de Administração Geral no período de 22.09.15 a 1º.04.16).

c) desídia na condução do processo de contratação regular e fornecimento de produtos sem cobertura contratual:

1. Sr. Túlio Roriz Fernandes (Subsecretário de Administração Geral no período de 03.01.14 a 07.11.14).

De plano, ponho-me em consonância com a unidade técnica e o Ministério Público, no sentido de que devem ser acolhidas as razões de justificativa da Sra. Hérica Ferreira dos Santos, de tal forma que incorpore os fundamentos lançados às minhas razões de decidir.

No que tange à Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda, em síntese, a referida senhora buscou afastar sua responsabilidade ao argumento de que as unidades programadoras eram responsáveis pelo planejamento das aquisições dos testes para hemograma completo, tendo o seu desabastecimento desencadeado a contratação emergencial por dispensa de licitação, além do que suas ações teriam atendido estritamente a legislação, no que acrescenta que a sua atuação proativa pode ser evidenciada no expressivo número de pregões realizados em sua gestão.

Como visto, o período de ocorrência do fato que lhe foi imputado [fornecimento de produtos sem cobertura contratual] se inicia em 22.09.15 [término da vigência do Contrato n.º 26/15], recaindo sobre si, porém, a responsabilidade a partir de 1º.04.16 [nomeação no cargo] até a “data atual”.

Lembre-se que o ponto central da conduta expressa na matriz de responsabilização é a omissão “*em determinar a adoção de providências para a celebração de contrato que impedisse o fornecimento de itens sem a necessária cobertura contratual, em conformidade com as competências regimentais*”.

In casu, vejo que a referida senhora trouxe elementos que corroboram a linha central de argumentação tecida, de modo a afastar a imputação de ter se mantido omissa, no contexto de existência de diversos entraves para que, enfim, pudesse ser realizada a contratação ordinária e se evitasse, posteriormente, a prestação de serviço sem cobertura contratual.

A partir desse recorte,volvendo-se ao quadro de tramitação do Processo n.º 060.007.595/13 (que visava à contratação regular, conforme fls. 07/09 da peça 93), é possível notar que desde a elaboração do primeiro TR [09.07.13] – que foi sucedido por diversos – até a nomeação da responsável [1º.04.16] transcorreram cerca de 03 (três) anos, sem que se chegasse a bom termo e fosse lançado o edital de licitação que conduziria à contratação regular. Diversos problemas de ordem técnica e orçamentária são retratados na tramitação, os quais devem ser sopesados.

De qualquer forma, enfim, a despeito dos percalços retratados na tramitação processual, o procedimento licitatório foi lançado e concluído, culminando com a assinatura do respectivo contrato em 21.07.17.

Por oportuno, consigno que, em rápida pesquisa ao portal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Comprasnet e ao sítio eletrônico da SES/DF, a Assessoria deste Gabinete confirmou o lançamento do Pregão Eletrônico n.º 122/17-DF, deflagrado na gestão da Sra. Marúcia, que, em cotejamento com as justificativas apresentadas, permitem concluir que a responsável não se manteve inerte em relação à adoção de medidas para cessar a prestação de serviços sem cobertura contratual, no que toca ao seu raio de ação. Desse pregão foi celebrado o Contrato n.º 52/17-SES/DF com a empresa PMH.

Ou seja, a responsável adotou medidas para cessar uma situação de irregularidade (prestação de serviço sem cobertura contratual) que vinha se prolatando no tempo há muito.

A par disso, portanto, renovando as vênias, entendo que as justificativas devem ser acolhidas.

Relativamente ao Sr. Túlio Roriz Fernandes, em breve síntese, o mencionado senhor buscou afastar sua responsabilidade em razão das competências regimentais de outros órgãos, responsáveis pelos atos preparatórios da contratação ordinária, apontando, na sequência que não poderia ser responsabilizado por fatos anteriores à sua assunção ao cargo, além do que haveria precedentes [do TRF1ª Região e do TCDF] dando suporte à sua linha argumentativa, naquilo que se refere ao fato de que os atos questionados são estritamente operacionais e não de gestão, bem como que não teria condições de fazer ou refazer todas as atividades executadas pelos setores a ele subordinados.

Pois bem. De plano, cabe notar que o julgado do TRF1 não respalda a linha de argumentação tecida, pois trata de caso específico de difícil analogia ao que se examina nestes autos.

De mais a mais, as deliberações desta Corte de Contas, adotadas no Processo n.º 15.282/09, militam contra a tese do ora justificante, posto que, na verdade, ali se travou debate sobre responsabilização de agente político [Secretário de Saúde], situação diversa da ora examinada.

Nada obstante, tenho que alguns fatos corroboram, em parte, as justificativas apresentadas.

Nesse sentido, quanto à desídia na condução do processo de contratação regular, reporto-me à ocorrência de fatos de natureza técnica e orçamentária, que devem ser sopesados com o período de sua gestão (03.01.14 a 07.11.14).

Tais fatos foram pontuados pela Sra. Marúcia, nas suas justificativas, como visto, de modo que delas me valho por empréstimo, com o detalhamento apresentado, para melhor expor o meu entendimento.

Depreende-se que ao assumir, em 03.01.14, o justificante já se deparou com cerca de 5 (cinco) meses da autuação do Processo n.º 060.007.595/13 e, até então, não havia sequer sido realizada pesquisa de preço. Tanto que, segundo indicado, a área competente teria realizada a “Pesquisa de Preços 1” em 25.02.14.

Avançando na linha temporal, verifica-se que a partir daí os novos termos de referência e as novas pesquisas de preços, em essência, deram-se por força de aspecto de ordem técnica, como estudo de viabilidade da opção por comodato e capacidade de testes por hora.

Na medida em que essas ocorrências foram conduzidas por áreas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

técnicas competentes regimentalmente para analisar a questão e emitir juízo de valor, com posterior submissão à avaliação do Suag, não me parece acertado dizer, seguramente, a partir desse recorte da tramitação, que houve ação desidiosa por parte do então Subsecretário de Administração-Geral.

Noto adicionalmente que em meados do ano de 2014 [04.06], após a elaboração de novo termo de referência e de pesquisa de preços, os autos foram encaminhados à Dicof para alocação de recursos.

A área demandante solicitou os autos para vista, onde permaneceu de 17.09.14 a 20.10.14, remetendo-os, em seguida, à Dicof para alocação de recursos. Todavia, novamente, foi informada a indisponibilidade orçamentária.

Cuidando-se nesse íterim de dificuldade na execução orçamentária, por indisponibilidade naquelas datas, *prima facie*, perpassaria as atribuições do titular da Suag, ante a possibilidade, por exemplo, da ocorrência de contingenciamento pelo órgão central de gestão orçamentária do GDF ou a da ausência de previsão suficiente no orçamento elaborado no ano anterior.

Vencido esse ponto, prossiga-se para tratar da falha consistente no fornecimento de produto sem cobertura contratual. *In casu*, o responsável não se manifestou a respeito.

Nada obstante, em consonância com as razões que expus alhures, depreende-se que, a assumir o cargo, o Sr. Túlio se deparou com a situação de fornecimento de produtos sem cobertura contratual, vez que a contratação anterior [Contrato n.º 166/12] teve a sua vigência expirada em 11.12.13.

Isso legitima o fornecimento de produto sem cobertura contratual? Evidente que não.

Porém, no caso concreto, sou levado a lançar uma breve ponderação, consistente no fato de que se o gestor cessasse, de imediato, o fornecimento que vinha sendo realizado, dada a inegável essencialidade para a rede de saúde do Distrito Federal, por certo haveria desabastecimento da rede, à espera do deslinde do processo de contratação ordinária, a qual, na prática, como visto, não seria possível ultimar por razões de índole técnica e orçamentária.

É perante esse cenário, inclusive, que se deve enxergar a regularização precária, posteriormente, mediante o Contrato Emergencial n.º 26/15-SES/DF, conforme dispensa de Licitação n.º 91/15, a teor do Processo n.º 060.013.746/14, autuado no ano de 2014.

Sendo assim, por todo o exposto, ao acolher, em parte, as justificativas apresentadas, penso que possa ser dispensada a aplicação de multa ao ora justificante.

De resto, no que tange ao Sr. Marcello Nobrega de Miranda Lopes, em breve síntese, o mencionado senhor buscou afastar sua responsabilidade em razão da situação da rede pública de saúde à época, que haveria de ser sopesada com os autos adotados com vistas à melhoria da prestação dos serviços e da gestão, salientando, ainda, que o atraso nos procedimentos ocorreu devido a tratativas de áreas não alcançadas pela sua ingerência.

Cabe notar que o Contrato Emergencial n.º 26/15 abarcou o período em que lhe é imputada responsabilidade pelo fornecimento de produtos sem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

cobertura contratual (22.09.15 a 1º.04.16), ao que deve ser acrescentada a informação de que a assinatura do ajuste teria se dado logo após o seu ingresso (um dia após), sem que lhe fosse submetido para análise prévia.

Logo, dentro da linha de entendimento que teci alhures, a não assinatura da contratação emergencial, cujas tratativas se iniciaram em fins de 2014 (Processo n.º 060.013.746/14), levaria à solução de continuidade, com desabastecimento da rede.

Em decorrência disso, restava-lhe atuar na direção de ultimar a contratação regular no Processo n.º 060.007.595/13-SES/DF. Isso me parece que ocorreu de acordo com as condições e limitações que, de regra, traziam dificuldades para a boa e célere marcha processual desde o início da tramitação do feito, consoante detalhamento apresentado acerca das ações empreendidas na sua gestão.

Nesses termos, a meu ver, podem ser acolhidas as justificativas.

Noutro giro, entendo necessário acrescentar proposta de deliberação sobre o **mérito da Representação n.º 11/15-ML**, como inclusive adiantara no voto-condutor da Decisão n.º 198/17, lançado à peça 19:

*“Verifico, ainda, que a **Unidade Técnica se manifesta, desde já, pela procedência da representação** aqui examinada. No ponto, assiste razão ao Órgão Ministerial ao defender que **tal juízo de valor dar-se-á na fase processual seguinte, ou seja, após o exercício do contraditório.**”* (Destaque acrescentado)

Assim, em conformidade com as conclusões alcançadas neste voto, a exordial deve ser considerada parcialmente procedente.

Por todo o exposto, acolhendo, em parte, a manifestação da unidade técnica e do Ministério Público, VOTO no sentido de que este egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) da Informação n.º 52/18-2ªDiacomp (peça 115) e da Informação n.º 138/18-2ªDiacomp (peça 116);
- b) dos documentos juntados e associados ao presente feito na presente fase processual, mencionados na Informação n.º 52/18-2ªDiacomp e na Informação n.º 138/18-2ªDiacomp;

II. considere, no mérito:

- a) parcialmente procedente a Representação n.º 11/15-ML;
- b) procedentes as razões de justificativa apresentadas pelas Sras. Hérica Ferreira dos Santos, Anacleide Ferreira Gonçalves de Almeida e Marúcia Valença Barbosa de Miranda, e pelos Srs. Hélio José de Araújo, José de Menezes Neto e Marcello Nóbrega de Miranda Lopes;
- c) parcialmente procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Túlio Roriz Fernandes, deixando de aplicar multa ao responsável, ante as considerações do voto do relator;
- d) parcialmente procedente a manifestação apresentada pela empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda.;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e) revel o Sr. João Batista de Souza, aproveitando-lhe as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José de Menezes Neto e pela Sra. Hérica Ferreira dos Santos;

III. autorize:

- a) o encaminhamento de cópia desta decisão e do Relatório/Voto aos responsáveis;
- b) o retorno dos autos à unidade técnica para os devidos fins.

Brasília, em 11 de abril de 2019.

MANOEL DE ANDRADE
Relator